



sp 80: o trabalho na máquina agrária paulista nos 70

Geraldo Müller*

RESUMO - O estudo do trabalho na máquina agrária paulista nos anos 70 é mais adequadamente analisado se a sociabilidade criada na agricultura for encarada como um conjunto de relações sociais, não a ela adstrita, mas como algo constituído pelo avanço da industrialização no campo e pela atuação das agroindústrias. As formas, os volumes e as mudanças do trabalho são vistos neste ensaio como processos integrantes da construção do complexo agroindustrial paulista, e a agricultura como um momento desse complexo. A perspectiva histórica permite que se fale de um movimento que vai da quebra do complexo cafeeiro até o predomínio do complexo agroindustrial, distinguindo-se aí três períodos: 1920-50, marcado pela quebra do complexo cafeeiro e modernização restringida com aumento de mão-de-obra; 1950-65, caracterizado pela modernização restringida, mas multiplicada, com aumento de mão-de-obra, e 1965-80, período singularizado pela modernização generalizada com diminuição de mão-de-obra e a construção de uma nova sociabilidade. Antecedem a análise algumas observações sobre a produção das estatísticas pertinentes à população ocupada e suas diversas categorias.

1. INTRODUÇÃO

SP-80 foi a sigla que recebeu a pesquisa "Transformações Sócio-Econômicas, Políticas Governamentais e Dinâmica Demográfica no Estado de São Paulo" realizada por uma equipe interdisciplinar composta por membros do CEBRAP, FUNDAÇÃO e do ex-núcleo de estudos populacionais da FAU-USP. A pesquisa visava construir uma rede de conexões sócio-econômicas, associadas às políticas públicas, da dinâmica demográfica no Estado de SP. O grande objetivo era o de estabelecer as associações relevan

* Pesquisador do CEBRAP e Professor da Pós-Graduação em Economia PUC/SP.

tes das principais linhas do comportamento humano relativas ao padrão reprodutivo da população, no âmbito agregado do Estado e de suas regiões geoeconômicas mais importantes. A consecução desse objetivo implicava num trabalho entre equipes especializadas em diversos campos das ciências sociais e envolvia gente de vários centros de pesquisa. Sua realização permitiu testar como, e até que ponto, o ideal científico de investigação interdisciplinar é possível de efetivar-se entre nós.

A mim coube examinar o que aconteceu com a população rural e com aquela parcela da população urbana engajada em atividades agrárias durante os anos setenta. Tratava-se de fornecer um quadro geral das "condições de temperatura e pressão" do comportamento dessas populações de modo a permitir aos estudiosos mais afeitos à área demográfica tecerem algumas associações com as variáveis dessa área do conhecimento, com destaque para a fecundidade. (1)

O presente artigo trata fundamentalmente das modificações ocorridas na população engajada na movimentação da máquina agrícola paulista e busca traçar os contornos dos grupos sociais como indícios de mudanças nas classes sociais. Espero que ele possa sugerir aos colegas demógrafos algumas pistas para a construção da rede de conexões entre essas modificações e o comportamento reprodutivo das populações. O artigo é acima de tudo um relato baseado em mais de uma centena de tabelas e alguma bibliografia a respeito do tema. O presente texto lança mão desse material com certa liberdade, notadamente no uso de estatísticas.

2. A DANÇA DOS NÚMEROS

Qualquer fonte que se utiliza exige um trabalho descomunal de limpeza, arranjos e combinações das informações, que é capaz de transformar o pesquisador em maestro de orquestra numérica. Todos os que trabalham no ramo sabem da dança dos números e da contra-dança das hipóteses. Testar idéias e gerar hipóteses, que são as duas funções básicas do processo de conversão das informações em dados, serão aqui usadas com larga liberdade, uma vez que a discussão técnica da construção das estatísticas, sua utilidade e seu limite, iria requerer vasto apêndice metodológico, o que certamente seria algo insosso em um artigo.

Do material estatístico disponível - FIBGE, INCRA e IEA - as informações geradas pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo são as mais condizentes com a finalidade do estudo, uma vez que o IEA fornece dados anuais e, a partir de



certa data, plurimensais. As demais fontes foram empregadas como coadjuvantes na dança dos números. Neste sentido, acho que vale a pena um esclarecimento sobre a coleta e produção das estatísticas por parte do IEA.

Os levantamentos estatísticos realizados pelo IEA começaram em 1948, com a finalidade precípua de fazer previsões e estimativas das safras agrícolas no Estado de SP. São de dois tipos: um, o levantamento objetivo, baseado em amostra, cujas questões referem-se, às vezes, ao mês e, outras vezes, à última semana. Quanto à mão-de-obra, o período de referência para o pessoal residente é o mês, ao passo que para os não-residentes nas propriedades rurais, a última semana. O outro tipo de levantamento é o assim chamado subjetivo, com fundamento nas observações dos técnicos das casas de agricultura. Assim, as estatísticas produzidas pelo IEA são a reunião desses dois tipos de levantamento, que levam em conta as propriedades com três e mais hectares de área total.

O primeiro levantamento com interesse em mão-de-obra data de fevereiro de 1955. Utilizou-se uma amostra estratificada de 1450 propriedades que fora elaborada para outros fins, ou seja, para levantamento da produção agrícola. O resultado foi o seguinte: de um total estimado de 1,4 milhão de trabalhadores agrícolas residentes, cerca de 26% eram proprietários, 16% parceiros, 15% arrendatários, 20% colonos, 6% mensalistas e algo como 16% diaristas (incluindo volantes). Mais tarde, por volta de 1960, mas de modo algo mais freqüente a partir de 1962, os levantamentos que incluíam quesitos sobre mão-de-obra converteram-se em anuais. Na verdade, o aprimoramento dos dados a este respeito é recente, questão de uns 7 anos para cá. À época da pesquisa, 1º semestre de 1982, estava em andamento no IEA um trabalho de depuração dos dados sobre o assunto, de 1971 em diante, segundo as principais categorias de trabalhadores.

O importante para nós, olhando-se as informações estatísticas durante os anos sessenta, e não esquecendo os anos de 1955 e 1970, é o indício de que o total de mão-de-obra residente nas propriedades rurais aumentou de cerca de 1,4 milhão (1955) para algo como 2,1 milhão no período 1962-65, para daí por diante tender a diminuir. Concomitantemente, o número de não-residentes, como os volantes, praticamente mantém-se, mas, pelo "jeitão" dos números, parecem ter crescido de cerca de 300 mil para 350 mil. A despeito da linearidade que nossa exposição insinua, a dança dos números parece ser bem mais complicada, o que somente poderá ser esclarecido com estudos específicos.

Mas, voltando ao trabalho em andamento no IEA, trabalho de depuração das informações, à época da pesquisa a equipe do instituto as examinava com acuidade, procurando, inicialmente, chegar o número de questionários remetidos num determinado lote com o número de questionários devolvidos. O rol de propriedades incluídas na amostra, cuja base é o rol daquelas catalogadas pela Secretaria da Fazenda segundo o Imposto Territorial Rural, era cerca de 2282 propriedades acima de 3 ha., no período 1960-75; elevou-se para 6228 no período 1975-81; agora, está reduzido para 3200. A amostra é representativa dos principais produtos e estratificada segundo doze estratos de tamanho de área total.

Após uma verificação sobre o número, analisa-se os questionários devolvidos de acordo com seus lugares de procedência, segundo o produto e a fase do ciclo produtivo (colheita, tratos culturais, preparo do solo, etc). Por exemplo, em um lote de questionários podem predominar aqueles provenientes de propriedades nas quais prepondera a produção cafeeira em época de colheita (fase do ciclo do produtos que demanda muita mão-de-obra); em outro lote podem predominar questionários oriundos de propriedades onde certos produtos estejam em fase de germinação, o que não demanda tanta mão-de-obra quanto a fase anterior. Trata-se de questões que, evidentemente, não poderão sofrer reversões, mas poderão ser depuradas, as informações armazenadas e, depois, digeridas pelos estudiosos. Ademais, o mesmo raciocínio para o ciclo produtivo pode ser aplicado para os anos de mudança da amostra.

Cabe chamar a atenção para um aspecto sobremodo relevante, que diz respeito às mudanças nas relações de produção e manutenção das categorias empíricas. Dentre os residentes, os colonos por exemplo, a manutenção dessa categoria pode provocar distorções pois, tudo leva a crer que, de um tipo empírico bastante definido durante os anos 30 a 50, passou para uma categoria que não tinha colocação clara nos questionários, uma vez que seu modo de vida havia mudado. Os "outros" residentes dos questionários, categoria que aumentou entre 1979 e 80, é uma categoria que mescla uma variada gama de tipos ocupacionais, tais como caseiro, agregado, antigo empreiteiro. Por outro lado, dentre os não-residentes, a categoria "outros" não se confunde com o tipo volante; na verdade, ela compreende, além de tratoristas, mecânicos, administradores, parcela ponderável de proprietários e seus familiares que moram nas cidades mas que trabalham em suas propriedades.

Para concluir, resta dizer que, se para as informações sobre previsão de safras admite-se um erro de 5%, para os dados sobre mão-de-obra em geral, admite-se uma oscilação entre



15 e 20%; sôbre a mão-de-obra de menores de 15 anos, o erro varia entre 40 e 50%, quando não ultrapassa esse percentual.

Como se vê, a dança dos números sôbre mão-de-obra, de a cordo com a captação e geração de informações feita pelo IEA, exige muita regência orquestral e, por certo, exige ainda muito afinamento dos instrumentos. Não obstante, e por certo também, não se estará cometendo nenhuma atitude científica irreverente caso admitirmos que, tanto as informações do IEA como as do INCRA e da FIBGE, assinalam para uma queda do pessoal residente nas propriedades e estabelecimentos rurais, aí por volta de meados dos anos sessenta em diante, e para um aumento do pessoal não-residente a partir de 1970 em diante. É claro que tendências nunca são movimentos lineares; portanto, o movimento de esvaziamento interno às unidades rurais não é, ipso facto, complementado pelo aumento da mão-de-obra proveniente de fora delas. Entre uma e outra tendência há um descomunal aumento da produtividade do trabalho. Além disso, ao ocorrer o esvaziamento de mão-de-obra ocorre também uma modificção sociológica nos tipos sociais. As relações entre os tipos, digamos de empregados residentes colonos com mensalistas residentes, não sô se alteram quantitativamente mas também qualitativamente, além do que a cooperação entre os tipos passa pela intermediação de elementos industriais, fazendo com que a forma de cooperação simples até então predominante se altere. O mesmo ocorre com os não-residentes: enquanto personagens sociais açulados, de modo crescente, por um mundo mercantil generalizado, eles alteraram seu padrão de vida e sua consciência individual e social - o que, certamente, deve ter implicações em seus padrões reprodutivos.

Neste sentido, trabalhar com os números quando a dança é dançada fundamentalmente com terra e mão-de-obra, é uma coisa; outra, muito diferente, será quando o ritmo provier de injeções contínuas de bens e serviços industriais. Nesta, a agricultura perdeu, à larga, o controle sôbre o compasso, ao tempo em que ela passa a ser um personagem social com e para a indústria, seja ela de bens de capital seja processadora de bens agrícolas. Em suma, a agricultura passa a constituir-se em momento do complexo agroindustrial (CAI).

3. CAI: O CAMPO NÃO É MAIS AQUELE

O estudo do trabalho na máquina agrária paulista durante os anos 70 será mais adequadamente entendido caso encararmos a sociabilidade criada na agricultura como um conjunto de relações sociais não a ela adstritas, mas como algo constituído pelo avanço da industrialização do campo e pela atuação da

agroindústria. Esta sociabilidade somente será adequadamente explicada se levarmos em consideração o complexo tecido de relações entre a indústria produtora de bens de capital para a agricultura, as atividades desenvolvidas no campo e as agroindústrias. Complexo tecido esse que, num elevado nível de abstração, pode-se chamar de complexo agroindustrial (CAI). A generalização do modo industrial de trabalhar no campo se impõe de modo crescente como condição necessária para que ocorra alguma produção agropecuária e florestal.

Industrialização do campo designa a extensão do modo industrial de produzir para o campo, cujas magnitudes e ritmos dependem das condições de reprodução dos interesses sociais que operam no CAI e na agricultura de um modo particular. Nesse sentido, o termo expressa uma maior independência da produção rural em relação às limitações naturais (fertilidade da terra, tempo de trabalho, tempo de produção "naturais") e à destreza do trabalho humano (por causa do emprego de máquinas e implementos mecânicos, de herbicidas, etc). O importante no processo de industrialização do campo é a subordinação efetiva dos tempos de trabalho necessário e excedente à dinâmica das várias formas de capital que atuam em mercados com características oligopólicas cada vez maiores.

À medida em que os elementos do CAI se expandem, a agricultura sofre transformações, passando por ajustes contínuos, e a racionalidade instrumental (entre meios e fins) vai se impondo cada vez mais. Competição entre massas de capitais e de riquezas, concentração, centralização, taxa de lucro, redução de custos, etc, esses movimentos todos vão se apossando da forma agrícola existente, triturando-a, limpando-a, e colocando ao mesmo tempo a modernização tecnoeconômica como condição necessária às unidades produtivas rurais. Contudo, a expansão da racionalidade instrumental, intimamente associada à introdução de tecnologias, que vai minando o antigo modo de produzir, corrói também o mundo dos valores. Não só os valores familiares e individuais, mas das antigas comunidades, localidades e regiões menos impactadas pelas relações mercantis oligopólicas. Ao nível macro, o que caracterizou a mudança no modo de produzir na agricultura, no qual erigiu-se o CAI, foi a imposição de um modelo de modernização cuja finalidade social era dada pelo autoritarismo sócio-político. Nesse sentido, a razão instrumental que revolucionou o campo brasileiro e paulista em particular, tinha a finalidade de expandir o modelo de capitalismo oligopolista com fortíssima participação estatal. Não houve, assim, um debate entre fins alternativos à modernização querida pela maioria, mas uma modernização sem democracia, isto é, sem a participação dos grupos fora do núcleo



de poder político. Ora, o resultado só poderia ser o campo transformando-se numa cópia mal feita da indústria altamente oligopolizada.

Com a edificação de unidades industriais que têm no campo seu mercado consumidor (máquinas, fertilizantes, etc) e de unidades industriais que têm no campo seus mercados de compra de matérias-primas, esse mesmo campo muda de forma. Em outros termos: o que regula a agricultura brasileira e, por suposto, mais enfaticamente, a agricultura paulista? Preponderantemente o direito jurídico de propriedade sobre um pedaço de terra, as relações familiares ou preponderantemente o acesso ao capital financeiro, aos bens industriais e aos novos modos de comercializar, armazenar e transportar?

A adoção da unidade de análise CAI em substituição à agricultura como unidade analítica implica em desconsiderar a terra e as relações sociais estabelecidas a partir de sua apropriação como o núcleo do estudo. Não se trata de considerar a terra e as relações sociais a ela associadas como algo sem importância alguma. Trata-se de sua profunda modificação: houve uma redefinição em sua importância na determinação das mudanças em curso no campo. A industrialização do campo e as relações sociais criadas nesse processo são as principais. Portanto, a adoção do CAI como unidade analítica implica em considerar a agricultura como uma das partes do todo, que tem na industrialização do campo e na agroindústria as outras partes. É a estrutura e a dinâmica deste todo que determina a agricultura, e não o contrário.

Neste sentido, as atividades agrárias não podem ser explicadas como funcionalmente ligadas aos demais setores da economia, mas como um setor integrado à dinâmica do capital industrial e financeiro. A agricultura passa a integrar, de um lado, o departamento de bens de salário e, de outro, o departamento de bens de produção. Por conseguinte, a propriedade territorial, os ingressos negativos de inúmeros estabelecimentos rurais, o empobrecimento relativo da maioria dos pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, somente poderão ser compreendidos se se parte desta condição de produzir na agricultura.

Num contexto assim determinado, a difusão do progresso técnico não poderá ser bloqueado ou restrito a um determinado grupo monopolizador de terras (por exemplo, grandes proprietários), porque a inovação não é efetuada pelos proprietários territoriais, mas fora da agricultura. O maior interesse no uso de tecnologias, agora, é o conjunto de setores in-

dustriais que tem no campo seu mercado. Um bloqueio virtual à expansão da modernização do campo não poderá mais ser efetuada pela extensão ou intensificação da agricultura tradicional, mas, sim, poderá ocorrer pela falta (encarecimento) de capitais, oriundas de restrições creditícias, instabilidade da receita agrícola, por exemplo. O bloqueio virá sempre através da indisponibilidade do capital necessário - e requerido pelo novo patamar operacional - para operar determinada exploração agropecuária e florestal. A autonomia ou a subordinação dos proprietários agrícolas dependerá de suas condições de produção no contexto marcado pela industrialização do campo.

Nos anos 30, 40 e 50, certas relações de produção, como parceria e pequenos arrendamentos, em larga medida bloquearam o avanço de alguns embriões de industrialização das atividades agrárias nos campos paulista (algodão, café). Atualmente, o avanço, estagnação ou redução dessas relações está na dependência direta das condições modernas de reprodução do capital industrial, agrícola e comercial. Não há incompatibilidade alguma entre modernização crescente e aumento das relações familiares de produção, seja sob a forma de pequenos proprietários e arrendatários seja de parceiros. Estas relações, diferentemente de 30 anos atrás, estão hoje em relação com outra base tecnoeconômica, a qual determina suas condições de vida material e cultural.

Em suma, a industrialização do campo provoca a integração crescente da agricultura na matriz inter-setorial da economia. Trata-se de uma integração que implica em profundas modificações estruturais. Transformações tecnoeconômicas e sociais. Inovação, cálculo econômico, produção em massa, redução de custos, elevação da produtividade, informações meteorológicas e técnicas, assistência técnica e creditícia, etc, são elementos sociais que não coabitam com uma moldura institucional produzida pelo sistema de "economia natural", "latifúndio-minifúndio", "economia camponesa", "complexo cafeeiro" e outros mais. Além disso, a industrialização do campo no país não foi espontânea, à capitalismo concorrencial, tampouco induzida apenas por modificações nos preços relativos, mas foi um processo imposto goela abaixo pelas políticas estatais que buscavam dinamizar o conjunto das atividades nacionais segundo as regras do moderno capitalismo oligopólico.

4. DA QUEBRA DO COMPLEXO CAFEIEIRO AO PREDOMÍNIO DO CAI.

Tudo leva a crer que a dinâmica agrária paulista nos anos 70 tem seu começo na dobra da década passada e caracteriza-se pela intensificação e generalização do processo de in-



dustrialização do campo. Por volta de 1965 até 1980, assiste-se a uma modernização generalizada com uma diminuição absoluta enorme da mão-de-obra engajada nas lides agrárias paulistas e à constituição de uma nova sociabilidade no meio "rural". A modernização desse período distingue-se da do período anterior, anos 50 a meados dos 60, no qual prepondera um movimento de modernização restringida com aumento agregado da mão-de-obra no campo; distingue-se também da modernização restringida, e assás localizada, do período 1920 a 50. Por conseguinte, a industrialização do campo paulista de 1965 a 80 configura movimentos populacionais específicos entre campo e cidade assim como em tipos específicos de ocupação e de remuneração da mão-de-obra que trabalha em atividades rurais. Num rural que altera sua sociabilidade.

4.1 QUEBRA DO COMPLEXO CAFEIEIRO E MODERNIZAÇÃO RESTRINGIDA COM AUMENTO DE MÃO-DE-OBRA (1920-1950).

O complexo cafeeiro, que vigiu de 1870 a 1930, compõe-se de massas de capitais que operam, a um só tempo, na esfera mercantil, industrial, financeira e agrícola, cuja etapa produtiva - na qual incluíam-se as atividades de beneficiamento - centrava-se na forma social de exploração denominada de colonato. Forma essa praticamente exclusiva. A partir da crise, o processo produtivo na cafeicultura passou por transformações sensíveis vis-a-vis o período anterior, pelo uso de alguma maquinária agrícola nas áreas da "agricultura consolidada" e pelo aparecimento de outras formas de exploração do trabalho.

Cabe adiantar que o café, sempre ávido por terras mais férteis, vai-se deslocando cada vez mais para o oeste e, de longe, não é mais o único produto mercantil relevante. Desde a primeira década deste século processa-se uma diversificação de produtos para mercado. O arroz do Vale do Paraíba, a citricultura e horticultura com a pecuária de carne e leiteira expandem-se desde então, atendendo à demanda dos núcleos urbanos em crescimento. O algodão já se mostra importante na década de 20, mas expandir-se-á de modo significativo nos anos 30 e 40, e com ele os tipos sociais criados pela parceria e pequenos arrendamentos. A lavoura canavieira moderniza-se, juntamente com as usinas produtoras de álcool e açúcar, constituindo um complexo agroindustrial particular. Com esta lavoura parece que o trabalhador não-residente, o volante, sempre presente nas lides agrárias, adquire o estatus social de operário agrícola.

O período abarcado caracteriza-se por uma intensa urba-

nização e industrialização, apresentando algumas modificações em esferas produtivas localizadas, como vimos, sem, no entanto, haver-se posto condições tecnoeconômicas de caráter industrial como princípio e condição da produção agropecuária.

A expansão urbana e da indústria provocou uma demanda crescente de alimentos e de matérias-primas que a agricultura paulista, em larga medida, atendia na base do modo de produzir tradicional e itinerante, seja dentro dos estabelecimentos rurais seja fora deles. Vale recordar que o agro paulista à época podia ser dividido regionalmente entre uma "agricultura consolidada", no lado leste do Estado, e uma "agricultura de fronteira", no lado oeste. O caráter desbravador do café, que por volta de 1950 mergulha no norte do Paraná, vai deslocando consigo a relação social colonato. Ocorre que, com a diversificação de produtos, essa relação vai-se compondo com outras (parceria, arrendamentos, ocupantes, mensalistas e diaristas, volantes) ao mesmo tempo que que ela própria sofre alterações, tais como diminuição de cessão de terras, elevação do grau de assalariamento, modificações no uso de moradia.

Essas mudanças todas, localizadas em certas áreas e/ou em certas culturas, com composições diversas de tipos de mão-de-obra, parecem indicar que, no período, houve uma realocação do tempo de trabalho disponível nas unidades rurais, de modo a se obter um aumento da produção com redução de mão-de-obra e pouca alteração no nível tecnológico. No entanto, com o deslocamento da fronteira e a migração de Minas e de Estados do Nordeste para os campos paulistas, a mão-de-obra global aumentou. Essa realocação é mais nítida em produtos como cana-de-açúcar, café e algodão.

Tudo leva a crer que, nesse período, emerge um conjunto de produtores especializados, e independentes, de alimentos. Estes pequenos produtores de alimentos (cereais e animais de pequeno porte), juntamente com aqueles ligados à hortifruticultura, evidenciam o avanço da divisão social do trabalho na agricultura paulista e eles constituem uma categoria social distinta das demais. O Estado de SP no período já não era mais o mesmo de três décadas passadas. Entre 1930 e 50, a população urbana passa de algo como 1/3 para 50%, o que está associado a um forte êxodo rural nas regiões da "agricultura consolidada". O que, no entanto, não nega a persistência da migração no campo, rumo ao oeste, pondo a fronteira em movimento.

O emprego agregado no meio rural aumenta mas com uma tremenda instabilidade no trabalho, isto é, o empregado residen



te na propriedade não permanece mais do que um ou dois anos nela. O que nos sugere designar este período como aquele em que se contrapõe ao trabalhador residente-mais-estável do período seguinte.

Mais significativo, ou tão significativo quanto, do ângulo da modernização do campo, talvez seja a tentativa de sua generalização. O que não veio a acontecer. Manteve-se restringida. No ano agrícola de 1951/52, houve um extraordinário aumento no uso de adubos (maior parte produzidos internamente), e no de inseticidas e máquinas agrícolas (maior parte ou totalmente importados). Mas não houve prosseguimento. Pode-se auventar algumas razões: (a) os preços dos insumos industriais elevaram-se bem acima dos preços recebidos pelos produtores; (b) não houve rotação de culturas e combate à erosão, e (c) ocorreu um afluxo de trabalhadores braçais do Nordeste, o que barateou a força-de-trabalho vis-a-vis os insumos industriais.

Houve uma tentativa - via facilidades cambiais e bancárias - de redefinir o modo de produzir na agricultura, de um modo generalizado, isto é, que esse modo de produzir passasse a ser predominante. E não se teve êxito. Havia aqui e ali avanços tecnológicos notáveis, como na agroindústria da cana-de-açúcar, no algodão (sementes), e café (algumas máquinas e adubação). Mas a oferta de mão-de-obra junto com os preços relativos com sinal negativo para os agricultores bloqueou o auvanço tecnológico.

4.2 MODERNIZAÇÃO RESTRINGIDA MAS MULTIPLICADA, COM AUMENTO DE MÃO-DE-OBRA (1950-65).

Neste período, a fronteira agrícola paulista chega ao fim. Os mais importantes bens de salário, arroz e feijão, marcam passo e, até mesmo, regridem, e SP passa a importar de outras regiões do país em volumes crescentes. O algodão entra em declínio, mas a demanda por alguma oleaginosa por parte da agroindústria faz com que o amendoim tome seu lugar, aproveitando-se as relações de produção existentes. O milho sai do fundo do quintal e, com algumas melhorias genéticas, aumenta sua produção mercantil. No entanto, notáveis aumentos ocorrem na lavoura de cana-de-açúcar (graças à garantias do governo federal), na pecuária de carne e leite e, nos começos dos anos 60, na avicultura. Ganha destaque outra vez a lavoura de café em razão da elevação dos preços internacionais. Ela expande-se não só em terras novas mas também nas antigas regiões, mas agora com maior ênfase na aplicação de técnicas agrícolas modernas e maior emprego de adubo químico. O que exige maior número de mão-de-obra, Ou seja, a modernização, ainda que res

tringida, multiplica-se em área, em linhas produtivas (pecuária leiteira, avicultura, batata, cana, café, amendoim, milho, etc) e em certas regiões (Ribeirão Preto, Campinas). Trata-se de uma modernização ainda localizada, cuja racionalização se dava sobretudo, através de melhores sementes, espaçamento, conservação de solo, intensificação no uso de fertilizantes químicos, etc, que exigem maiores tratamentos culturais. Incluía alguma mecanização. Ela distingue-se da maior parte da agricultura do Estado, ainda atrasada, e eleva sua produção mediante aumento de mão-de-obra, mantendo um pico na demanda por braços na colheita. Caso notório é o café. Tão relevante é seu papel que vale a pena dar algumas indicações sobre sua evolução no período uma vez que está fortemente associado ao descomunal êxodo de pessoal trabalhador e às mudanças no perfil social da mão-de-obra paulista que opera na agricultura.

Em 1958, o café participava com 52% da renda bruta nas propriedades com café em São Paulo e, em 1975, com apenas 16%, segundo pesquisa do IEA. No período 1962-67, foram erradicados 1,7 bilhão de cafeeiros, como resultado da ação do GERCA, Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, tendo SP reduzido de 1,16 bilhão em 1960 para menos de 700 milhões em 1967. A erradicação visava aumentar a produtividade, através de um novo espaçamento que facilitasse o emprego de máquinas nas carpas, que empregam maciçamente mão-de-obra. Para se ter uma idéia desse processo de racionalização basta dizer que, em 1958, utilizava-se na cafeicultura paulista cerca de 2.150 mil residentes, havendo 1,4 bilhão de covas; em 1975, o número de covas passou para algo como 800 milhões e o de trabalhadores, para cerca de 430 mil. Em 1958, tratava-se esmagadoramente de trabalhadores residentes, ao passo que em meados de 70, cerca de 25% da mão-de-obra não residia na propriedade, eram volantes, bóias-frias.

Essa política de erradicação, que tem início nos fins dos anos 50, e que intensifica-se durante os anos 60, responde por parcela ponderável do êxodo rural nesses quinze/vinte anos. A tabela de indicadores gerais indica que a população rural e a população agrícola (calculado pelo IEA) aumentaram nos anos 50 (a população agrícola passa a cair a partir de 1957) e, a partir de então, ambas caem. Considerando-se apenas os anos 60, vemos que a população rural diminuiu em 1,3 milhão de pessoas; a residente nos estabelecimentos diminuiu de 600 mil, ao passo que a não-residente tendeu a aumentar. Na verdade, não é apenas a política de erradicação a única responsável por isso. Há, no período, um salto no número de tratores (o Censo Agrícola de 1960 aponta para a existência de 21 mil unidades;



o IEA aponta para cerca de 40 mil em 1962) e tudo leva a crer, um aumento considerável no número de arados e defensivos - todos são bens industriais poupadores de mão-de-obra, que vêm somar-se à descontinuidade do processo de produção agropecuária e à descontinuidade de incorporação do progresso técnico, provocando a elevação do emprego sazonal de mão-de-obra.

Entre 1960-62 e 1969, os campos paulistas incorporaram cerca de 20 mil novos tratores e, nos anos 70, algo como 50 mil. Por outro lado, o consumo de fertilizantes eleva-se de 24 kg/ha para 70 kg/ha nos anos 60, e nos anos 70, para cerca de 200 kg/ha. É evidente a dificuldade em precisar a natureza deste período face ao que o antecede e ao que o sucede. Mas, certamente, ao caracterizá-lo como uma modernização restringida-multiplicada com elevação da mão-de-obra, sobretudo residente, não se estará longe de marcá-lo como um período distinto dos outros dois. O desenvolvimento, aqui como em outros períodos, é desigual, por regiões econômicas e por linhas de produtos e segundo os tipos sociais. Mas, poderíamos distinguir o presente período do que lhe segue da seguinte maneira.

A dinâmica agrária - isto é, as distintas composições entre culturas, pastagens, emprego de insumos industriais, tipos de mão-de-obra, crédito, volume e valor da produção - no período 1950-65 consistiu em uma série de modificações internas nas unidades rurais no que respeita aos elementos da produção, o que produziu um movimento que varreu a mão-de-obra excedente, provocando mudanças em suas condições de reprodução. No período 1965-80, notadamente nos anos 70, há uma nova varrida de gente residente nos estabelecimentos provocada por maciças aquisições externas de bens industriais e também de mão-de-obra volante com características mais assalariadas. No primeiro período destaca-se o aumento da produção com um duplo movimento: de um lado, volumoso êxodo rural e, de outro, aumento do número de braços. No segundo período, a produção aumenta em muito, relativamente ao período anterior, graças a profundas mudanças na base tecnoeconômica. Trata-se, num e noutro período, de traços predominantes e não de existirem alguns num período e noutro não. Assim, não se sustenta que nos anos 70 não tenha havido expulsão de gente, mas sim, que este movimento acha-se intimamente associado ao de mudança na base tecnoeconômica e também a mudanças na estrutura social. O que não ocorreu no período 1950-65 com a mesma intensidade e a mesma hierarquia dos elementos componentes. Além disso, é verdade que neste período houve mudanças na base tecnoeconômica, de tal sorte que se poderia dizer que a agricultura paulista adiantou-se em mais de uma década à agricultura nacional no que concerne à industrialização do campo. Acontece que

nos anos 70 aquelas alterações intensificaram-se e generalizaram-se, provocando uma tendência à generalização das condições de produção no espaço agrário paulista.

4.3 MODERNIZAÇÃO GENERALIZADA COM DIMINUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E NOVA SOCIABILIDADE (1965-80).

As diferenciações entre as diversas unidades produtivas no agro paulista, neste período, tendem a decorrer menos dos elementos "naturais", terra e trabalho basicamente, e mais, crescentemente mais, das diversas massas de capitais empata-das na produção. A homogeneização das condições de produção - que determinam as diferenciações nas propriedades - diz respeito ao processo social de trabalho que insere cada unidade produtiva no conjunto da produção social. A divisão interna do trabalho e as diversas formas de cooperação inscrevem-se na divisão social do trabalho de base tecnoeconômica em industrialização, sendo a produção agrícola regulada pela concorrência entre os vários capitais.

A industrialização do campo comanda a dinâmica dos campos paulistas, que apresentam dois pontos importantes de inflexão (1968 e 1976), pontos que marcam a aceleração dos processos de mudança.

Não resta dúvida de que cabe à agricultura industrializada - que não se confina à produção de matérias-primas, mas abarca também a produção de alimentos - creditar o maior volume de produção bem como a quase totalidade do valor da produção. Além disso, se a industrialização do campo manteve seu caráter concentrado também é verdade que ela se expandiu, o que não quer dizer que todos aqueles que se modernizaram mantiveram seu antigo e virtual estatus de autonomia frente a outros agentes sociais com interesses no campo. Boa parte dos pequenos produtores proprietários integram hoje esquemas de organização sobre os quais lhes escapa inteiramente o controle, assemelhando-se mais a "trabalhadores a domicílio". Em outras palavras, do conjunto, mais numeroso por sinal, dos pequenos produtores, parcela ponderável sofreu um bloqueio para ingressar no clube dos produtores modernos, levando-os à categoria social de "trabalhadores a domicílio", e portanto a modernizarem-se também de modo atrelado às organizações econômicas ou a saírem do campo. Neste sentido concorrem as estatísticas da FIBGE que revelam que mais de 50 mil estabelecimentos rurais, entre 1970-80, representando mais de meio milhão de ha, "desapareceram" do mapa. Ou seja, cerca de 18% dos estabelecimentos.

No que diz respeito à composição da mão-de-obra, cabe cha



mar a atenção para o seguinte. De uma relação de quase sete residentes para um não-residente em 1960, passa-se para uma relação de quatro para um em 1970, e de 1,6 para um em 1980. Entre a mão-de-obra residente observa-se, durante os anos 70, uma elevação da participação dos proprietários - de cerca de 38% para 42% - com um declínio dos parceiros e arrendatários - de cerca de 27% para 20% - e um aumento de participação dos assalariados, mensalistas e diaristas - de 22% para 32%. Nestes anos, a população residente ocupada nas propriedades diminuiu em quase 700 mil pessoas, sendo que a categoria que aumentou, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, foi a dos mensalistas, deslocando, assim, as categorias arrendatário, parceiro, colono e diarista.

Caso associarmos esse movimento ao anterior - "desaparecimento" de mais de 50 mil estabelecimentos com área total até 50 ha. - pode-se ter uma idéia da limpeza interna que deve ter ocorrido naqueles que permaneceram, limpeza essa provocada pelo novo patamar tecnoeconômico de operar no agro em intensa industrialização.

O que chama a atenção na população não-residente é o seguinte. De um lado, a categoria residual que inclui mecânicos, tratoristas, proprietários e outros que vivem em núcleos urbanos, aumentou significativamente e, de outro, a categoria volantes teve uma enorme elevação em suas oscilações: no período 1974-78, a oscilação média foi de 83 mil (289 mil - 384 mil) e no período 1981-82 de 230 mil (270 mil - 550 mil).

Afora isso, observa-se um acentuado decréscimo da população empregada nos campos a partir de 1976/77 e também uma elevação dos salários médios deflacionados em todas as categorias. Juntando-se essas informações com outras que indicam uma significativa diminuição do auto-consumo da população residente, pode-se concluir pela adoção crescente de padrões de consumo urbanos.

Do ângulo da remuneração observa-se que os relativamente elevados salários dos anos 1950-52 caem durante um longo período, compreendido entre 1953-69. Difícilmente poder-se-á dissociar esta queda dos salários deflacionados dos fluxos de mão-de-obra oriundos de outros Estados, do término da exploração tradicional da terra e da repressão física a toda e qualquer reivindicação e organização dos que recebiam algum salário, concomitantemente à transmissão dos efeitos do arrocho salarial urbano para o meio rural, impondo-se o salário mínimo como medidor geral do custo da força-de-trabalho.

Este último aspecto, já patente na segunda metade dos anos 60, consolida-se na década de 70. Nesta, os salários deflacionados elevaram-se, não pelo simples fato de o número de empregados haver diminuído e com isso os trabalhadores terem adquirido um maior poder de negociação. O processo ocorreu de modo diverso: o Estado Nacional, via políticas creditícias, obrigou os produtores, mediante o barateamento dos insumos industriais, a adquirirem máquinas e fertilizantes, tornando mais rentáveis o emprego destes elementos face ao emprego de mão-de-obra. O que provocou um êxodo - distinto dos períodos anteriores - do pessoal residente, bloqueando a contratação de pessoal de outras áreas do país, e ensejando um uso maior e mais intenso de volantes em determinados momentos do processo de produção no campo.

O aumento da sazonalidade implicou, por sua vez, numa maior organização do tempo de emprego dessa gente, em determinado lugar e segundo determinada quantidade, tarefa afeita a empresas de alocação de mão-de-obra, o que implicou na elevação dos custos monetários desse pessoal, a par dos custos de transporte. Assim, é verdade que os salários deflacionados e levaram-se durante os anos 70 e, em certa medida, o poder de barganha, dada a escassez friccional dessa mão-de-obra. No entanto, não se pode deixar de lado que a forma de reprodução dessa força de trabalho apresenta custos de reprodução de caráter urbano. Por conseguinte, a elevação dos salários deflacionados deveria cobrir os gastos correntes com alimentação, habitação, saúde, higiene e educação. É evidente a dificuldade de avaliar a situação atual face à anterior, à relação custo-benefício, de vez que mudaram de categoria social. Por exemplo, se é verdade que o antigo colono contava com casa, parcela de alimentação e energia (lenha), o atual volante conta, em certa medida, com serviços de saúde, previdência e educação. Por outro lado, a família do não-residente, assim como qualquer família urbana operária, lança mão do expediente que joga toda sua família no mercado de trabalho. Neste sentido, confrontando-se as informações - precaríssimas por sinal - de cerca de 1950 com a dos anos 70, tudo leva a crer que o trabalho infanto-juvenil tendeu a diminuir ao passo que o trabalho feminino adulto, a aumentar.

Para concluir, vejamos algo sobre os ganhos de produtividade do trabalho, utilizando sempre com larga liberdade as informações disponíveis.

Considerando-se o volume de mão-de-obra total em 1960 (2.167 mil) como sendo = 100, obtém-se, para 1980 (970 mil), um índice de 45. Por outro lado, a produção média do período



1960-64 foi de 31,8 milhões de toneladas e a do período 1960-64 foi de 31,8 milhões de toneladas e a do período 1976-80 de 66,3 milhões, ou seja, a produção média passou de 100 para 208. Dividindo-se 208 (produto) por 45 (trabalhador), obtém-se um aumento de produtividade em torno de 360. Ao mesmo tempo, o salário deflacionado do trabalhador volante (aqui tomado como representativo dos demais) passou de 100 para 220, ou seja, um aumento de 120. Vale dizer que o excedente bruto no período aumentou em quase duas vezes e meia. É claro que para termos uma idéia mais realista deveríamos deduzir a depreciação do capital, o montante de reservas e outros quesitos mais. No entanto, esses números nos dão uma imagem de como, em parte, foi financiado o processo de modernização do campo paulista e de como ocorreu o processo de determinação dos salários no meio rural.

São Paulo - Indicadores Gerais

Ano	População Total do Estado (1.000)	População Rural (1.000)	População Agrícola (1.000)	População Residente (1.000)	População Não Res. (1.000)	Renda Bruta Agrícola p/ Cap. (Cr\$ 81)
1950	9.134	4.330	3.950	-	-	55.299
1960	12.809	4.789	4.089	2.000	300 (167)	64.137
1970	17.772	3.496	3.670	1.400	350 (194)	80.528
1980	25.040	2.845	3.359	720	450 (250)	169.691

Taxas Médias Anuais

1950/60	3,4	1,0	0,3	-	-	1,5
1960/70	3,3	-3,1	-1,1	-3,5	1,6 (1,5)	2,3
1970/80	3,5	-2,0	-0,8	-6,4	2,5 (2,6)	7,7

Fontes: FIBGE (população total e rural)
IEA (demais indicadores)

Obs.: Os números entre parênteses, na coluna população não-residente, resultam da consideração de que essa população trabalha um máximo de 200 dias/ano (ano de 360 dias).

NOTA

1. O resultado do trabalho está sendo publicado na Série SP-80, Fundação SEADE, S.P., Vol. 2 e trata, de modo minucioso, das mudanças quantitativas ocorridas nas principais culturas, seus aspectos tecnoeconômicos, da composição e remuneração do pessoal ocupado, tanto no âmbito do Estado de SP como um todo quanto no âmbito das Divisões Regionais Agrícolas (Diras, que foram totalmente modificadas no final do ano passado - 1984). Além disso, consta dessa publicação uma tentativa de interpretação a partir da unidade de análise "complexo agroindustrial" que substitui a agricultura enquanto unidade analítica.

AGRADECIMENTOS

Para a realização do trabalho em seu conjunto foi inestimável a colaboração de Márcia Abujamra. Por outro lado, este artigo foi escrito graças, sobretudo, à extrema paciência e à carinhosa e diplomática insistência de Neide L. Patarra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola e Agropecuário (coleção); Censo Demográfico (coleção); Censo Industrial (coleção) e Anuário Estatístico do Brasil (coleção).
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Conjuntura Econômica (coleção)
- GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1982.
- GUEDES PINTO, Luiz Carlos. Notas Sobre a Política de Crédito Rural. Campinas, Unicamp, maio de 1981, mimeo.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Agricultura em São Paulo (coleção); Boletim Interno (coleção); Mercados Agrícolas e Estatísticas Agrícolas (coleção); Prognóstico (coleção); Relatório de Pesquisa (coleção).
- INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Estatísticas Cadastrais (coleção).



- LOPES, Juarez R.B. Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-1970). São Paulo, Estudos CEBRAP nº 22: 41-110.
- MARTIN, Nelson Batista. Transformações na Agricultura Paulista na Década de Setenta e Simulação de Políticas de Crédito Rural. São Paulo, FEA/USP, 1981, mimeo.
- MÜLLER, Geraldo. SP-80: A Dinâmica da Agricultura Paulista. São Paulo, SEADE. (no prelo).
- SECRETARIA DA AGRICULTURA/IEA. Desenvolvimento da Agricultura Paulista. São Paulo, Imprensa Oficial, 1972.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO/SP. Trabalho Volante na Agricultura Paulista. São Paulo, Imprensa Oficial, 1978.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. O Desenvolvimento da Produção Agropecuária. 1930-1970. In: FAUSTO, Boris (org.) O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, Coleção: Histórica Geral da Civilização Brasileira, T. III, V.4.

ABSTRACT - SÃO PAULO-80: LABOR IN THE AGRARIAN COMPLEX IN THE SEVENTIES - The study of labor in the agrarian complex of São Paulo in the seventies is better analysed if the sociability created in agriculture is understood as a set of social relations not limited to this sector, but as something created by the advance of industrialization in farming and by the behavior of agroindustries. The forms, volumes and changes of labor are seen as integral processes in the construction of the São Paulo agroindustrial complex, and agriculture as a moment of this complex. An historical perspective allows us to speak of a movement from the collapse of the coffee complex to the dominance of the agroindustrial complex, distinguishing three periods: 1920-50, characterized by the collapse of the coffee complex and restricted modernization with an increase in employment; 1950-65, characterized by restricted but amplified modernization, with an increase in employment; and 1965-80, a period of generalized modernization, with a decrease in employment and the construction of a new sociability. Preceding this analysis are a series of observations on the production of statistics relevant to the working populations and its various categories.